



O futuro



Dossiê nº 100
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Maio de 2026

A arte deste dossiê pertence à coleção Arte de Nuestra América Haydée Santamaría (Arte de Nossa América Haydée Santamaría) da Casa de las Américas. Desde sua fundação em 1959, após a Revolução Cubana, essa instituição tem servido como uma plataforma fundamental para o internacionalismo cultural anti-imperialista, construindo laços estreitos com artistas, escritores, intelectuais e ativistas políticos renomados. As galerias da Casa acolheram exposições de diversos gêneros, disciplinas e técnicas, realizadas por gerações de artistas, principalmente latino-americanos e caribenhos. Muitas dessas obras foram exibidas pela primeira vez nas galerias da Casa, premiadas em seus concursos ou doadas pelos artistas. Desde então, passaram a integrar o acervo, formando um patrimônio artístico excepcional.

tricontinental casa de las américas

CAPA

Julio Le Parc (Argentina). *Modulación 455*, 1981. Acrílico / tela, 200 x 200 cm.

O futuro



Dossiê nº 100 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Publicado em colaboração com a Casa de las Américas (Havana, Cuba)
Maio de 2026



José Venturelli (Chile), *Serigrafía* (Serigrafia), 1970, ed. 15/90. 260 x 430 mm.

Todos os meses, nos últimos 10 anos, nossa equipe do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social realizou uma pesquisa, redigiu e elaborou um dossiê. Esses dossiês — que abrangem desde histórias do imperialismo e da libertação nacional até análises de política econômica, soberania, guerra e a ordem mundial em transformação — têm circulado pelo mundo em diversas línguas, como inglês, hindi e português, passando pelo árabe, tailandês e espanhol. Este é o nosso dossiê n. 100, e por isso decidimos fazer uma pausa para apresentar uma análise histórico-materialista de um conceito fundamental em nosso instituto: o futuro.

Quando nosso instituto foi concebido em 2015, tínhamos três linhas principais de investigação em vista:

1. Compreender melhor o capitalismo contemporâneo e a natureza da luta de classes que o molda.
2. Compreender melhor a ascensão do que chamamos de extrema direita de um tipo especial (Instituto Tricontinental, 2024a).
3. Compreender melhor o futuro — ou o que vem a seguir.

Essa terceira linha de investigação surgiu de uma compreensão materialista do processo histórico, que vê o presente não como uma realidade eterna, mas como algo aberto à transformação. Em outras palavras, o presente pode ser moldado para se tornar um futuro de natureza diferente. O sistema capitalista em que vivemos não é permanente: ele pode ser transformado em um sistema socialista por meio da luta de classes e do desenvolvimento das forças produtivas.

Aqui, pela primeira vez, apresentamos uma análise filosófica e política do futuro. Inspirando-nos na tradição do marxismo de libertação nacional, defendemos que esse futuro deve ser chamado não apenas de *socialismo*, o objetivo, mas também de *esperança*, a sensibilidade para tal futuro (Instituto Tricontinental, 2021a).

Esperamos que leiam este dossiê da mesma forma que leram os 99 anteriores e que o compartilhem, debatam e discutam coletivamente em círculos de leitura e outros espaços de formação política. Estamos sempre abertos às suas contribuições e comentários.



Todas as línguas do mundo têm uma palavra para “futuro”, o tempo que vem depois do presente. Por exemplo, nas línguas mais faladas do mundo, estas são algumas das palavras para o futuro:

Inglês: *future*, o tempo que ainda não aconteceu.

Chinês mandarim: *wèilái* (未来), o que ainda não chegou.

Hindi: *bhavisbha* (भविष्य), aquilo que está por vir ou que se tornará.

Espanhol: *futuro*, o tempo que ainda está por vir.

Francês: *avenir*, o que está por vir.

Árabe: *mustaqbal* (مستقبل), aquilo que está por vir.

Bengali: *bhobishyot* (ভবিষ্যৎ), aquilo que ainda está por vir ou por se tornar.

Português: *futuro*, o tempo que ainda está por vir.

Russo: *budushchee* (будущее), o que está por vir.

Urdu: *mustaqbil* (مستقبل), aquilo que está por vir ou que deve ser enfrentado.

Essas palavras não têm todas o mesmo significado; elas refletem diferentes abordagens culturais em relação à mudança. Algumas delas tratam do calendário vazio, da ideia de que existe um amanhã assim como existe um hoje, enquanto outras tratam dos encontros que ocorrerão e que devem ser enfrentados. É importante reconhecer que, mesmo ao ler um texto como este — escrito em uma língua e traduzido para várias outras —, a palavra “futuro” carrega uma variedade de significados que não podem ser totalmente transmitidos de uma língua para outra. Embora essas palavras tenham diferentes perspectivas em relação ao que está por vir, há perguntas que podemos fazer em todas as línguas faladas na civilização capitalista: o futuro existe, ou estamos vivendo no que o realismo capitalista nos garante ser um presente permanente? (Fischer, 2009). Será que existe mesmo um amanhã que possa ser diferente de hoje?

Essas questões são essenciais para o momento que vivemos, enquanto lutamos para compreender a catástrofe e o *apartheid* climático, a guerra permanente e o genocídio sem fim, bem como a ditadura do capital financeiro e a normalização da austeridade. Décadas de realismo capitalista obscureceram nossa consciência, impedindo-nos de imaginar qualquer coisa além de uma catástrofe global.

Existe um futuro? Claro que sim. Estamos lutando para construí-lo e estamos construindo-o agora.





Emilio Pettoruti (Argentina), *Pájaro rojo* (Pássaro vermelho), 1959.
Óleo sobre tela, 116 x 63 cm.

Parte 1: Ruptura

Na linguagem dominante do poder, o futuro é apresentado como uma extensão neutra do presente. É medido em calendários, projetado em curvas de crescimento e gerenciado por meio de previsões. Nessa perspectiva, o futuro não é algo pelo qual se deva lutar, mas algo *pelo qual* se deve *esperar*. Chega automaticamente, como a página seguinte de um livro contábil. Essa visão do futuro é profundamente conservadora. Isso pressupõe que as estruturas de exploração, hierarquia e dominação que definem o presente serão simplesmente otimizadas, em vez de derrubadas. Essa visão do futuro é reproduzida por todas as principais instituições da sociedade capitalista — como a mídia, as escolas, as universidades, *think tanks* e as fundações filantrópicas —, que insistem em *slogans* vazios sobre mudança, mas, na verdade, pregam o evangelho de que “não há alternativa” ao sistema capitalista que nos sufoca.

Na nossa opinião, o futuro não é uma data no calendário. É um rompimento. Uma ruptura com a ordem existente, uma transformação estrutural das relações sociais, do poder político e das possibilidades humanas. Falar do futuro dessa maneira não é entregar-se à fantasia, mas recuperar uma dimensão da política que foi deliberadamente suprimida: a capacidade de imaginar e construir um mundo fundamentalmente diferente daquele em que vivemos, um mundo que os projetos socialistas e de libertação nacional dos séculos XX e XXI buscaram construir e, mesmo com seus limites, começaram a concretizar. Essa visão rejeita as ideias de continuidade controlada (reformismo) e colapso não planejado (catastrofismo). A classe

dominante cria uma série de futuros falsos: mitos do empreendedorismo, do capitalismo verde e da segurança militarizada — mas nada que tenha qualquer conteúdo emancipatório.

As bases para essa visão do futuro foram desenvolvidas pelo filósofo marxista Ernst Bloch (2000) com sua noção do “Ainda Não” (*Noch-Nicht*). Para Bloch, inspirando-se diretamente nos escritos de Marx, o futuro não é uma abstração adiada para o amanhã, mas uma força ativa que está imersa no presente, lutando para emergir de suas limitações. A realidade é inacabada, afirma Bloch, o que o colocou em desacordo com as correntes filosóficas que tratam o mundo como algo fechado, concluído ou já totalmente explicado. Ele insistiu que o presente está impregnado de tendências, desejos e contradições que apontam para além. O “Ainda Não” não é uma utopia que paira acima da história, mas um potencial latente contido nas condições materiais e na luta coletiva. Esse “Ainda Não” pode ser percebido nos sonhos das lutas anticoloniais que encontraram expressão programática no comunicado final da Conferência de Bandung (1955), na declaração de Belgrado da Cúpula do Movimento dos Países Não Alinhados (1961), nas resoluções da Conferência Tricontinental (1966) e na declaração sobre a Nova Ordem Econômica Internacional adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1974). Isso também pode ser observado nos processos revolucionários desencadeados pela Revolução de Outubro (1917), pela Revolução Vietnamita (1945), pela Revolução Chinesa (1949) e pela Revolução Cubana (1959) (Instituto Tricontinental, 2025a, 2025b).

Nessa tradição marxista, o futuro não é inevitável. Essa visão baseia-se em duas proposições materialistas que decorrem das contradições do sistema capitalista.

Em primeiro lugar, o próprio curso da história desenvolve as forças produtivas e amplia o excedente social. Mas, como esses avanços continuam limitados pela propriedade privada, eles também agravam a desigualdade e o sofrimento social da grande maioria. É importante reconhecer que, hoje em dia, as forças produtivas não se limitam às fábricas e às máquinas. Isso inclui também, por exemplo, o trabalho de cuidados, as infraestruturas digitais e as cadeias de abastecimento globais, todos organizados por meio de uma força de trabalho cada vez mais socializada. É também fundamental observar que o capitalismo, simultaneamente, desenvolve essas forças e sabota seu potencial, mantendo-as sob controle por meio da propriedade privada, dos monopólios de plataformas uberizadas, da repressão sindical, da austeridade, da militarização e outras formas de controle capitalista.

Em segundo lugar, o sofrimento social inerente ao capitalismo gera indignação e raiva, que podem se transformar espontaneamente em revolta. Mas essas lutas não avançam automaticamente em direção à emancipação: elas são moldadas por forças políticas, seja em direção ao socialismo — promovendo as demandas concretas do povo —, seja contra ele — distorcendo essas demandas e colocando as pessoas umas contra as outras por meio de uma agenda tóxica e antisocial (Instituto Tricontinental, 2024d). O futuro, portanto, não é algo que simplesmente *acontece*, mas algo que devemos *construir*, e só poderemos construí-lo rompendo com as estruturas que geram

e perpetuam o sofrimento. Essa visão rompe com o fatalismo e a inevitabilidade e nos lembra que a história é aberta e que o presente contém possibilidades ainda não concretizadas que podem ser ativadas por meio da luta.

A esperança, nessa tradição, não é otimismo nem uma expectativa passiva, mas uma *orientação militante* em relação ao caráter inacabado do mundo. Ela surge da miséria, da opressão e da despossessão, e da recusa em aceitar a miséria como destino. Para os movimentos do Sul Global que orientam o trabalho do nosso instituto, a esperança nunca foi um luxo. Isso se concretizou em diversos movimentos e organizações liderados por camponeses, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, que representam esforços coletivos para promover a causa da dignidade (Instituto Tricontinental, 2025a, 2024b). Esses movimentos não lutam por uma versão melhor do presente, mas por uma ordem social totalmente diferente. O futuro deles não está ligado a um calendário, mas sim a uma transformação estrutural. Esperançar é reconhecer que o presente é insuportável e passageiro e que as condições de exploração e opressão não são nem naturais nem definitivas. Essa esperança é perigosa para a classe dominante porque é uma força concreta que transforma a consciência, levando as pessoas a deixar de simplesmente suportar o presente para passar a agir em prol do futuro.

Nessa tradição de ruptura, o futuro não é uma criação individual: ele tem um caráter coletivo. A cultura capitalista nos incentiva a imaginar um futuro particular — uma carreira, uma casa, segurança pessoal e o projeto interminável de “autoaperfeiçoamento” — ao mesmo tempo que nos priva de horizontes coletivos. Essa cultura é

marcada pela ansiedade individual, em vez de responsabilidade coletiva ou transformação social. No capitalismo, o futuro do calendário é tratado como algo administrável — como algo a ser previsto, programado, avaliado, garantido e gerenciado por instituições que se apresentam como neutras. Suas decisões são apresentadas como necessidades técnicas, e não como escolhas políticas, como questões a serem reguladas em nosso nome por especialistas, mercados, Estados e aparelhos de segurança. Essas instituições não oferecem um horizonte de emancipação, mas apenas a continuação controlada da catástrofe. Nesse contexto, surge uma extrema direita de um tipo especial para propor um futuro *mítico* baseado na exclusão, na hierarquia e na violência; trata-se de um sintoma da incapacidade do capitalismo de gerar um futuro positivo (Instituto Tricontinental, 2024a). O futuro não pode ser construído por essa extrema direita; ele deve ser reconquistado como um espaço de soberania popular. Nem a catástrofe nem a emancipação são inevitáveis. É preciso lutar contra o primeiro e lutar pelo segundo. Do ponto de vista da ruptura, ou da transformação estrutural, o instrumento não é o avanço individual, mas sim forças organizadas capazes de enfrentar o poder estabelecido, tais como partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. Sem essas forças, o “Ainda Não” continuará sendo um sonho sem caminho. A esperança requer estrutura, disciplina e persistência.

O futuro não é algo que se situa fora da história da humanidade. Já está presente em fragmentos, gestos e lutas que prenunciam outro mundo. Entre elas estão as formas cooperativas de trabalho, as práticas de cuidado, as experiências de democracia popular e os processos inacabados e contestados de construção socialista em países como China e Cuba (Instituto Tricontinental, 2021a, 2019a). Não se trata

de curiosidades marginais; são antecipações de uma lógica social diferente. Descrevê-los não significa romantizá-los, mas compreender seu significado e seu potencial latente. Eles nos lembram que o mundo que buscamos construir não é um horizonte abstrato, mas uma possibilidade concreta. A tarefa de um marxista não é prever o futuro, mas sim se organizar para ele. Para romper com o presente, é preciso clareza, coragem e disciplina coletiva. O futuro só poderá chegar se provocarmos uma ruptura. O futuro é, portanto, um campo de batalha. Para lutar por isso, precisamos identificar as forças que tentam impedir que isso aconteça.

Os inimigos do futuro

O futuro não é um horizonte vazio que aguarda para ser preenchido pelas aspirações humanas. É ativamente planejado, estruturado e condicionado por forças poderosas que buscam reproduzir as relações de dominação existentes. Os inimigos do futuro não são tendências abstratas: são forças concretas determinadas a prolongar a ordem atual no futuro (Instituto Tricontinental, 2024a). A seguir, analisamos quatro grandes inimigos do futuro: o capital financeiro, o capital de plataforma, o extrativismo e o militarismo. Essas forças não se limitam a defender as relações sociais do presente — elas procuram colonizar o futuro antecipadamente.

O capital financeiro. ocupa o centro dessa constelação. Por meio do controle sobre os rendimentos do colonialismo e do neocolonialismo, dos fluxos de investimento, da magia da especulação e do poder da dívida, o capital financeiro disciplina os Estados e as

sociedades, restringindo o leque de seus futuros possíveis (Instituto Tricontinental, 2024c). As agências de classificação de risco, os credores multilaterais e as instituições financeiras privadas — em sua maioria localizadas no Norte Global — atuam como planejadores do futuro para a classe dominante do Norte, garantindo que o amanhã continue favorável à acumulação de capital, e não ao florescimento humano. Os ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio e de inúmeras outras instituições tornam-se uma realidade concreta para muitas ex-colônias, hoje países sobrecarregados por dívidas (Instituto Tricontinental, 2023).

Capital de plataforma. Os monopólios tecnológicos capitalistas canalizam a inovação e a eficiência para a extração de dados, a reorganização do trabalho e a fragmentação da vida social. Os algoritmos controlam o tempo, a atenção e o desejo, enquanto o trabalho plataformizado priva os trabalhadores de estabilidade e poder coletivo (Instituto Tricontinental, 2021b).

Extratativismo. Apesar das evidências científicas contundentes de uma catástrofe ecológica, os conglomerados dos setores de petróleo, gás, carvão, mineração e agronegócio continuam moldando os sistemas energéticos, os mercados de trabalho e as políticas públicas. O horizonte de planejamento deles é extremamente curto: *extrair, lucrar, abandonar*. A crise climática, por exemplo, não é uma falha de previsão, mas o resultado de decisões deliberadas por parte de corporações capitalistas que aceitam a destruição do planeta como um custo aceitável da acumulação (Instituto Tricontinental, 2024e, 2025g).

Militarismo. As crises geradas e agravadas pelo sistema capitalista — guerra, deslocamento e catástrofe climática — não são enfrentadas com soluções sociais e políticas, mas com uma economia de guerra permanente que impõe soluções militares para problemas políticos. Nos centros imperiais, o militarismo se manifesta na forma de acumulação de armas, regimes fronteiriços, vigilância e normalização do estado de emergência. No Sul Global, isso se manifesta como agressão imperialista, guerras por procuração, ocupação e o desvio forçado de recursos públicos escassos para os exércitos e as infraestruturas de segurança, sempre em benefício da indústria de armas. O militarismo estreita os horizontes políticos: as situações de emergência justificam medidas autoritárias, reprimem a dissidência e normalizam o medo. Para grande parte da humanidade, especialmente no Sul Global, o futuro não se apresenta como uma promessa, mas como instabilidade permanente, deslocamento e morte. A guerra torna-se um mecanismo para gerenciar as crises geradas pelo próprio capitalismo (Instituto Tricontinental, 2025e, 2024g).

Esses inimigos do futuro não se limitam a impedir a transformação social: eles criam ativamente um futuro que garante privilégios para poucos, enquanto condena a maioria ao esgotamento, à insegurança e ao desespero. Não é possível recuperar o futuro sem um desafio frontal ao poder deles.

As forças sociais prestes a provocar a ruptura

Como as classes proprietárias insistem no presente permanente, o futuro só pode ser reconquistado por meio da luta coletiva em massa.

As forças sociais capazes de provocar uma ruptura com a ordem atual já estão aqui, embora estejam fragmentadas, desiguais e, muitas vezes, invisibilizadas. Entre elas estão os trabalhadores tanto da economia formal quanto da informal, camponeses e trabalhadores agrícolas sem terra, mulheres, jovens, comunidades oprimidas e o que Marx chamou de “população excedente” — aqueles excluídos ou marginalizados pelos ciclos da acumulação capitalista, mas ainda assim indispensáveis como exército de reserva de mão de obra e como parte das forças de reprodução social (Marx, 1976).

Apesar de todo o debate sobre o “pós-marxismo” e as novas teorias sobre a fragmentação dos sujeitos políticos, a classe trabalhadora — tanto urbana quanto rural — continua sendo fundamental, embora sua composição tenha, sem dúvida, mudado. Vários relatórios da Organização Internacional do Trabalho e do Banco Mundial sugerem que a força de trabalho global totaliza quase 4 bilhões de pessoas (incluindo aqueles que estão empregados e aqueles que procuram emprego ativamente). A seguir, apresentamos uma divisão aproximada do emprego global por setor:

1. Agricultura _____ 923 milhões.
2. Indústria _____ 800 milhões.
3. Serviços _____ 1,8 bilhão
4. Transporte/Logística _____ 230 milhões.
5. Trabalhadores de plataformas — 154 milhões.



Silvano Lara (República Dominicana), *Serigrafía* (Serigrafía), 1976, ed. 18/60.
640 x 570 mm.

Os trabalhadores da indústria convivem com os trabalhadores dos setores de serviços, transporte, armazenagem, assistência, entregas e plataformas (ou “uberizados”). Na maior parte do Sul Global, o trabalho informal não é uma exceção, mas sim a regra. Esses trabalhadores — seja na fábrica, no campo ou no armazém — enfrentam extrema precariedade, proteções legais fracas ou inexistentes e ameaça constante de desemprego. No entanto, apesar da queda na taxa de sindicalização, esses trabalhadores detêm um poder estratégico: eles produzem e transportam mercadorias, cultivam a terra, extraem recursos minerais, prestam cuidados, constroem cidades e sustentam a vida cotidiana. Suas lutas — desde greves em centros logísticos até rebeliões em massa de trabalhadores sem terra e paralisações de empregadas domésticas — revelam o antagonismo contínuo entre capital e trabalho.

As lutas nem sempre se manifestam de forma direta, por meio de uma organização consciente da força de trabalho contra o capital. Frequentemente, se manifestam por meio de outras estruturas de opressão, como o patriarcado e a hierarquia social (casta, raça), ou são impulsionadas pela experiência geracional e por outras formações sociais. Por exemplo, os movimentos feministas têm revelado como os sistemas econômicos dependem da exploração dos corpos e do tempo, especialmente dos corpos das mulheres em geral e, em particular, das mulheres negras, migrantes e da classe trabalhadora racializada. Da mesma forma, as lutas pela dignidade social se refletem em identidades que, embora não sejam em si mesmas de natureza de classe, revelam a maneira complexa como o capitalismo reativa antigas hierarquias para as suas próprias estratégias de acumulação: a casta e a raça, por exemplo, são mobilizadas pelo sistema capitalista a

serviço da acumulação e, assim, os protestos pela dignidade também criam bases para a luta socialista. A população excedente — migrantes, desempregados, camponeses sem terra e pobres urbanos — é frequentemente tratada como politicamente marginalizada, mas vive o sistema capitalista em sua forma mais crua. As lutas dessas pessoas por moradia, serviços e dignidade são lutas pela reprodução da vida. Essas inúmeras lutas demonstram a energia existente na classe trabalhadora para formar um bloco histórico contra o capitalismo e lutar pelo futuro.

No entanto, muitos dos protestos que agitam nossas cidades e o interior do país assumem a forma de grandes mobilizações, muitas vezes organizadas por pequenas organizações ou impulsionadas por convocatórias nas redes sociais dirigidas a indivíduos. O capital prospera com a divisão: formal *versus* informal, urbano *versus* rural, homens *versus* mulheres e pessoas de gêneros dissidentes, cidadão *versus* migrante (Instituto Tricontinental, 2026). Hoje, a estrutura de classes fragmentada e a organização social representam grandes desafios para a organização política e a unidade de ação baseada em princípios. Há muitos exemplos dessa raiva mobilizada sendo aproveitada por forças reacionárias ou se dissipando na forma de desespero. Uma ruptura exige a construção da unidade sem apagar as diferenças, forjando projetos políticos capazes de articular interesses compartilhados e horizontes comuns. Sem essa organização, as forças sociais continuam a agir de forma reativa. Com isso, tornam-se agentes históricos capazes de construir o próprio futuro. A verdadeira questão organizacional para a esquerda em todo o mundo é como construir as bases subjetivas da luta a partir das condições objetivas de sofrimento e sobrevivência enfrentadas pelo povo.

Tempo

O capitalismo impõe sua concepção de tempo às sociedades — uma concepção que reflete urgência sem rumo, velocidade sem propósito, crise sem solução. Há uma sensação de frenesi que toma conta da vida social, prejudicando a nossa capacidade de controlar o nosso dia e criando uma desordem que consome o nosso tempo de lazer. Sem tempo livre, não é fácil encontrar tempo para construir uma comunidade (embora o enfraquecimento das políticas sociais em âmbito estatal tenha forçado as mulheres da classe trabalhadora a criarem estruturas de reprodução social que têm sido vitais para o seu papel em tantos movimentos de protesto da classe trabalhadora em nossa época). Sem tempo, é impossível construir poder organizacional nos locais de trabalho, bairros e comunidades.

As contradições do capitalismo geram lutas espontâneas, muitas vezes desencadeadas por baixos salários e más condições de trabalho, mas também pelas condições de reprodução social, como o acesso à água, ao espaço público e a alimentos e combustível a preços acessíveis. Essas lutas baseiam-se, por vezes, em redes sociais e relações construídas ao longo do tempo, mas também podem surgir de uma rápida deterioração das condições de trabalho e de vida, que geram um sentimento compartilhado com muitas outras pessoas. Essas revoltas espontâneas — embora muitas vezes heroicas — são insuficientes; elas podem perturbar o presente sem uma organização disciplinada, mas raramente remodelam o futuro. Os exemplos das grandes revoluções são, todos, histórias de uma atividade revolucionária resiliente ao longo de períodos extensos, que preparou as comunidades, por meio da luta, para os grandes surtos que viraram

o mundo de cabeça para baixo. As lutas espontâneas refletem raiva e injustiças genuínas. Elas podem ocupar as ruas e inspirar esperança, e também podem derrubar governos. No entanto, os registros históricos (como o caso do Egito em 2011) mostram que, sem continuidade e solidez organizacionais, esses momentos ficam vulneráveis à repressão, à cooptação e ao esgotamento. As classes proprietárias têm uma visão estratégica do tempo. Eles planejam, muitas vezes com décadas de antecedência. Os movimentos que atuam apenas no calor do momento do protesto acabam cedendo o terreno a longo prazo aos seus inimigos.

Organização

Ir além da imediatez requer organização, que pode assumir diversas formas — desde movimentos sociais mais difusos até partidos leninistas que adotam o centralismo democrático. O debate entre essas duas formas não é o tema central deste dossiê. O que queremos destacar aqui é a importância de como a organização política — em suas diversas formas — constitui um veículo por meio do qual o tempo é estruturado com fins emancipatórios. Partidos, frentes, sindicatos, organizações camponesas, associações de mulheres e movimentos de juventude desempenham papéis distintos, mas interligados. Os partidos de tipo leninista são capazes de elaborar programas de longo prazo e disputar o poder estatal. As organizações de massas podem integrar as lutas ao cotidiano e proporcionar continuidade às comunidades. As frentes podem promover a unidade entre forças diversas sem exigir uniformidade ideológica. A organização permite que a classe trabalhadora, fragmentada e oprimida, socialize o tempo

de que dispõe e construa uma sociedade que, de outra forma, lhes teria sido roubada.

Disciplina

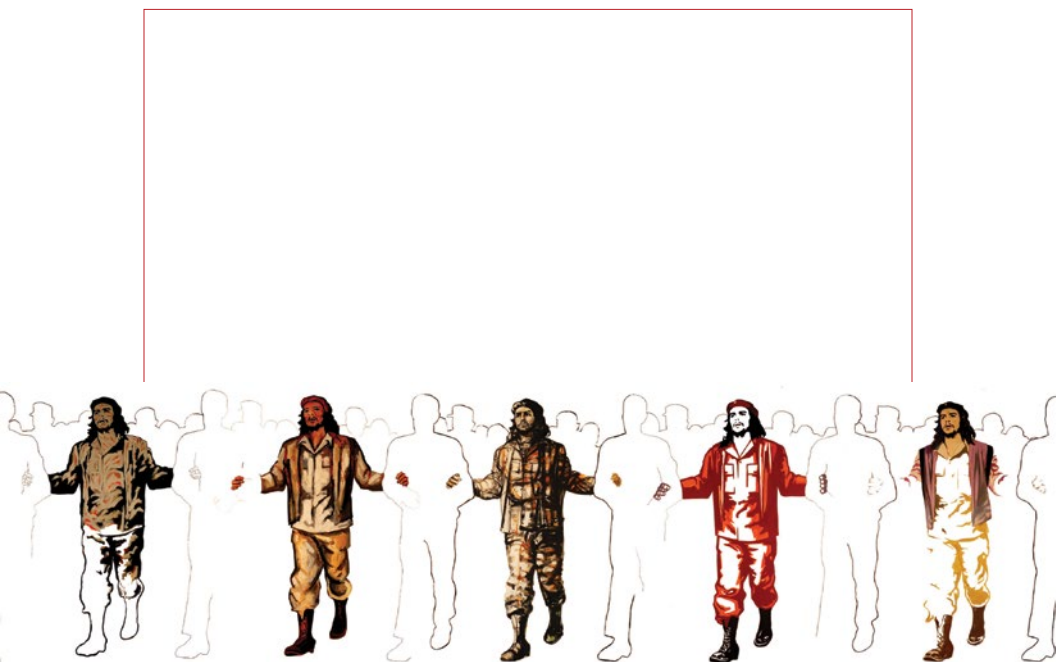
A vantagem de um partido leninista reside na importância central que essa tradição atribui à disciplina. Disciplina não significa obediência nem rigidez burocrática, embora muitas vezes possa degenerar, aos poucos, nessas formas. Isso significa formar quadros politicamente instruídos e que compreendam a necessidade da forma partidária, os procedimentos coletivos necessários para construir um entendimento político comum ou um programa, as estruturas essenciais da liderança representativa dentro do partido e um compromisso absoluto com objetivos, estratégias e formas de prestação de contas em comum. A disciplina permite que as organizações economizem energia, aprendam com a experiência e resistam aos momentos de crise. Isso transforma a revolta em um projeto.

No centro de toda essa operação estão aqueles a quem chamamos de novos intelectuais, os defensores incansáveis de um projeto político oriundo da classe trabalhadora, do campesinato e dos movimentos populares (Instituto Tricontinental, 2019b). A tarefa deles é esclarecer, sintetizar e comunicar — traduzir a experiência vivida em estratégia política. Eles ajudam os movimentos a compreender não apenas contra o que estão lutando, mas também o que o futuro deve trazer.

Internacionalismo

Nenhuma ruptura com o capitalismo pode ser sustentada apenas dentro das fronteiras nacionais. O capital se organiza internacionalmente por meio das finanças, do comércio, dos blocos militares, das cadeias de abastecimento e das instituições ideológicas. As forças que buscam construir o futuro devem fazer o mesmo. O internacionalismo não é um complemento moral nem um gesto sentimental, mas uma necessidade prática enraizada na estrutura da economia mundial e na condição comum dos oprimidos. Isso significa estabelecer laços entre países e lutas, aprender com os processos revolucionários, defender a soberania contra o imperialismo e coordenar a educação política, as campanhas e as formas de solidariedade material. Sem o internacionalismo, as vitórias permanecem isoladas e vulneráveis. Com isso, as lutas nos âmbitos local, nacional e regional começam a adquirir a dimensão necessária para enfrentar um sistema global.

O futuro não pode ser capturado em um único instante. Isso deve ser construído com paciência, de forma coletiva e consciente. O tempo cria o espaço para a luta, a organização lhe dá forma, a disciplina lhe dá resistência e o internacionalismo lhe dá amplitude. Contra o futuro de exploração e exclusão planejado pela classe dominante, essas ferramentas permitem que os oprimidos planejem o seu próprio futuro — um futuro baseado na dignidade, na igualdade e na própria vida.



Alfredo Plank, Ignacio Colombres, Carlos Sessano, Juan Manuel Sánchez,
e Nani Capurro (Argentina), *Che* (séries coletivas), 1968. Óleo sobre tela,
195 x 150 cm cada.

Parte 2: Construindo o futuro

O que deve ser construído para substituir o que existe atualmente? O futuro não pode limitar-se apenas à luta, à organização e à disciplina; ele também deve assumir uma forma concreta, institucional e internacional. Isso significa abordar questões como propriedade, planejamento, soberania e as formas de coordenação por meio das quais uma ordem social diferente pode ser sustentada.

Propriedade pública e planejamento

A questão do futuro é indissociável da questão da propriedade e da coordenação. No capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção confere a uma pequena classe o poder de determinar o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Esse poder não é exercido em benefício da sociedade como um todo, mas de acordo com os imperativos do lucro, da concorrência e da acumulação a curto prazo. O resultado é uma contradição profunda: as forças produtivas tornaram-se profundamente socializadas, enquanto o controle sobre elas continua sendo estritamente privado. O trabalho hoje já é coletivo e internacional, mas a base tecnológica e os excedentes econômicos desse esforço coletivo são apropriados por uma minoria. Qualquer discussão séria sobre um futuro socialista deve, portanto, enfrentar essa contradição por meio da transformação das relações de propriedade.

A propriedade pública não é simplesmente uma reorganização jurídica dos ativos, transferindo-os das mãos privadas para o Estado. O próprio Estado é um campo de luta de classes e deve ser reivindicado como uma ferramenta para orientar o rumo do desenvolvimento. Quando setores estratégicos como energia, transporte, finanças, terra, comunicações e indústria pesada são de propriedade pública, a sociedade ganha a capacidade de orientar a produção e a inovação para as necessidades coletivas, em vez de para a acumulação privada. O capitalismo distribui os recursos de forma sistematicamente inadequada, produzindo em excesso bens de luxo e indústrias destrutivas, enquanto se retira de serviços de assistência social, educação, saúde e habitação popular. A propriedade pública cria a base material para reorientar a produção para a reprodução social, o investimento de longo prazo e a prosperidade compartilhada.

O argumento a favor da propriedade pública também está relacionado à tecnologia. Sob a propriedade privada, o desenvolvimento tecnológico está subordinado à rentabilidade, aos monopólios de propriedade intelectual e à disciplina no trabalho. A inovação está voltada para reduzir custos, promover vigilância, militarização e apropriação do conhecimento, em vez de se concentrar na redução do tempo de trabalho socialmente necessário ou na melhoria do bem-estar coletivo. O controle democrático sobre as forças de produção permite que a tecnologia seja utilizada em prol do bem-estar social: para reduzir a jornada de trabalho, gerar empregos, ampliar os serviços públicos, aprimorar as competências humanas e diminuir os danos ecológicos. Os mesmos sistemas digitais e logísticos que o capitalismo utiliza para intensificar a exploração contêm em si o potencial para uma produção e distribuição racionais e humanas.

A ideologia capitalista apresenta o planejamento como algo inerentemente autoritário e ineficiente, ao mesmo tempo que exalta o mercado como um mecanismo neutro e democrático de coordenação. O capitalismo já é altamente planejado – mas é planejado para o interesse dos capitalistas. As empresas multinacionais, as instituições financeiras e as alianças militares realizam um extenso trabalho de planejamento interno, previsões de longo prazo e coordenação estratégica. O mercado não substitui o planejamento: ele fragmenta a tomada de decisões sociais, obscurece a responsabilidade e submete a vida coletiva à lógica estreita da acumulação. Os preços só transmitem sinais depois que os danos sociais e ecológicos já ocorreram. Os mercados recompensam a rentabilidade a curto prazo, e não a racionalidade social a longo prazo.

O planejamento socialista não se resume a uma imposição burocrática alheia à vida popular: trata-se de uma coordenação consciente e democrática do trabalho social ao longo do tempo. O planejamento é uma arma temporal contra o curto-prazismo capitalista. Isso permite que a sociedade estabeleça prioridades coletivas — como a descarbonização, a diversificação industrial, a soberania alimentar e a assistência universal — e mobilize recursos de acordo com elas. Isso permite equilibrar as regiões, os setores e as necessidades sociais, em vez de deixar o desenvolvimento à mercê dos resultados desiguais e destrutivos da concorrência de mercado. O planejamento é o meio pelo qual a sociedade pode agir com base no entendimento de que o futuro não é automático, mas deve ser construído de forma consciente.

É fundamental ressaltar que o planejamento não nega a democracia; ao contrário, exige a sua ampliação. Para que o planejamento seja emancipatório, ele deve estar enraizado na participação popular, sob o controle dos trabalhadores e em organizações de massa capazes de articular as necessidades sociais. A socialização do trabalho no capitalismo já exige coordenação em vastas redes; o socialismo busca tornar essa coordenação transparente, responsável e voltada para o desenvolvimento humano. Quando os trabalhadores, as comunidades e as instituições públicas participam da definição de metas e do acompanhamento dos resultados, o planejamento torna-se um processo de aprendizagem coletiva, em vez de uma imposição tecnocrática. É por meio desses processos que o excedente social pode ser conscientemente direcionado para a educação, a saúde, a habitação, a cultura e a restauração ecológica (Instituto Tricontinental, 2025c).

Rumo a um novo internacionalismo

Após a Segunda Guerra Mundial, a ascensão de um poderoso bloco socialista e as sucessivas ondas de descolonização prepararam o terreno para um internacionalismo enraizado na rejeição do imperialismo e do neocolonialismo. Foi marcado por uma tentativa de construir novos modelos econômicos e sociais, bem como uma nova arquitetura global (Instituto Tricontinental, 2025d, 2025h).

Esse internacionalismo entrou em colapso devido à crise da dívida, ao avanço do neoliberalismo e à queda da União Soviética e do bloco socialista. Em seu lugar, surgiu a falsa globalização imposta pelo FMI — a abertura dos mercados, a retirada do Estado dos

setores produtivos, a eliminação dos controles de câmbio, a entrega de recursos e a subordinação acadêmica e cultural —, uma erosão generalizada da soberania.

Décadas após a queda da União Soviética, estão surgindo as condições objetivas para o surgimento de um novo internacionalismo. O Norte Global está passando por uma crise profunda, marcada pela desindustrialização e pela erosão da capacidade produtiva, ao mesmo tempo que a China e outros países do Sul Global emergem como os motores da economia global. A ascensão do BRICS, da Organização de Cooperação de Xangai e de outros fóruns bilaterais reflete essas mudanças nas condições objetivas.

No entanto, o Norte Global mantém o controle sobre a arquitetura global. A ONU e suas agências foram neutralizadas pelos EUA e seus aliados, como demonstrado pela escalada de ataques por todo o mundo, desde Gaza, Venezuela e Cuba até a República Democrática do Congo e o Irã. O FMI e o Banco Mundial continuam com a tirania do ajuste estrutural. As propostas climáticas deixaram a população na mão. A pandemia trouxe consigo o “*apartheid* vacinal”. Para piorar, muitas organizações multilaterais do Sul Global estão inertes ou contaminadas pela lógica neoliberal.

Os debates em torno de uma nova arquitetura global têm-se centrado na multipolaridade, que é limitada e limitante, pois reproduz o espírito da rivalidade da Guerra Fria. Em vez disso, o novo internacionalismo deve caracterizar-se pelo multilateralismo. Recuperar as Nações Unidas e defender a Carta das Nações Unidas como patrimônio comum dos povos do mundo são pontos fundamentais nessa

questão. Tanto o Conselho de Segurança quanto a Assembleia Geral precisam de reformas, e os países do Sul Global devem trabalhar em prol de uma agenda comum para uma série de agências da ONU, desde a Organização Mundial da Saúde e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas até a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Há uma necessidade urgente de renovar a luta intelectual e política para definir e defender um programa popular para cada uma dessas organizações que reflita as aspirações do Sul Global.

A par de um multilateralismo renovado, as forças de esquerda e patrióticas devem apoiar e fortalecer as organizações regionais que perderam o rumo nos últimos 30 anos e, nos casos em que isso não for possível, defender a criação de novas organizações. As alianças econômicas, sociais e políticas que se formaram na América Latina durante a Onda Rosa da década de 2000 e início da década de 2010 continuam sendo um modelo do que é possível alcançar. Nos dias de hoje, a Aliança dos Estados do Sahel tem refletido um forte anseio em toda a África por uma integração mais sólida, ao mesmo tempo que resiste à lógica neocolonial da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao) (Instituto Tricontinental, 2025f). Os processos lançados pelo BRICS em diversas áreas — desde finanças, comércio e infraestrutura até ciência, tecnologia, saúde, educação, agricultura, cooperação climática e pesquisa — oferecem outro modelo para essas organizações regionais.

O novo internacionalismo começa com a defesa da soberania, mas não se limita a isso. Deve também incorporar uma visão internacionalista de um futuro baseado em relações sociais transformadas.

Essa visão não pode ser concretizada por um único país – nem pode ser defendida apenas pelos Estados. É necessária a mobilização de movimentos em todo o mundo para transcender o capitalismo. Os socialistas devem construir pontes para o futuro, valorizando, aprendendo com e aproveitando projetos que tenham o potencial de alterar o equilíbrio de forças.

No entanto, nenhum programa, por mais necessário que seja, pode se sustentar sem uma força social capaz de levá-lo adiante e sem um horizonte capaz de animar a luta. Se o futuro deve ser construído por meio de instituições, senso de pertencimento, planejamento e coordenação internacional, ele também deve ser vivido como uma sensibilidade política. Essa sensibilidade é a esperança.



Luis González Palma (Guatemala), *La Rosa* (A rosa), 1991. Impressão em gelatina de prata com tonalização e aplicação de cor, 47 x 48.5 cm.

Parte 3: Esperança

Hoje, o capitalismo atravessa uma crise de legitimidade, uma vez que as suas ideias e os seus valores — individualismo, empreendedorismo, consumismo — já não proporcionam a mobilidade social e a prosperidade material há muito prometidas pelo neoliberalismo. Ao mesmo tempo, à medida que o bloco imperialista liderado pelos EUA vê o seu poder declinar — tanto econômica quanto politicamente —, ele redobra os seus esforços nas duas áreas em que esse poder permanece praticamente incontestado: a produção cultural e o poder militar. Embora sejam muito diferentes em suas formas de expressão, ambas têm o mesmo objetivo: preservar o presente e barrar o futuro. Por meio da agressão militar, o bloco liderado pelos EUA busca disciplinar qualquer país que se recuse a se submeter ao Consenso de Washington e aos interesses do capital privado, fechando qualquer horizonte político que rejeite a subordinação. Por meio de seu monopólio sobre os meios de produção cultural, ela busca não apenas controlar a informação — o que é aceito como verdade —, mas também moldar a cultura e os valores das massas dominadas. Ao fazer isso, limita o horizonte do que ousamos imaginar e, em última análise, do que ousamos esperar. Na ausência de esperança, a classe trabalhadora é assim empurrada para uma de duas posições políticas: ou é levada ao pessimismo implacável da extrema direita e condicionada a encarar com escárnio a própria ideia de um futuro diferente, ou é dominada por um derrotismo escapista que acredita que o futuro já está perdido.

Dois conceitos chineses de “futuro” ajudam a esclarecer o que está em jogo aqui. “未来” (wèilái), a palavra para futuro ou, literalmente, “o que ainda não chegou”, é composta por duas palavras: “未” (wèi) significa “ainda não” ou “não tem” e “来” (lái) significa “vir” ou “chegar”. Juntos, eles destacam a característica essencial do futuro, que é a incompletude, e o pessimismo e a esperança giram em torno dessa diferença: o futuro não está predeterminado. É uma possibilidade, e é aí que entra a ação humana.

Nesse contexto, a esperança torna-se um campo de batalha na luta entre ideias e emoções. É por isso que a esperança deve ser mais do que um sentimento, mas sim uma prática — uma prática construída por meio da educação popular e da cultura, enraizada na história e vivida ativamente em nosso dia a dia.

A batalha de ideias

A classe dominante se empenha em obscurecer as relações de classe e os interesses comuns das classes por meio da promoção de seus valores (individualismo, impiedade e conservadorismo). Essa lógica leva as classes dominadas a rejeitar, por reflexo, formas de atividade política, consideradas perda de tempo, irrealistas ou utópicas, e a considerar a ação coletiva como algo ingênuo ou perigoso. Nessas condições, não se pode esperar que a esperança surja de forma individual. Deve ser construída como uma prática que reabra o horizonte das possibilidades e conteste o “senso comum” cotidiano do presente capitalista.

A esperança deve, portanto, ser construída por meio de práticas políticas concretas que reabram o horizonte de possibilidades. Isso exige de nós:

Estimular a imaginação política. As forças de esquerda devem tornar o futuro tangível, construindo formas alternativas de organização do trabalho e de relações sociais. A esperança no futuro pode ser mobilizada quando está ligada a ações concretas que transformam as condições materiais das pessoas no presente e quando a classe trabalhadora consegue se reconhecer como protagonista da história, em vez de espectadora das crises capitalistas.

Ler para aprender, aprender para fazer. Ho Chi Minh disse: “Você pode ler mil livros, mas se não colocar em prática o que leu, não passa de uma estante de livros” (Minh, 1961, p. 496). A leitura torna-se uma prática de esperança quando está ligada à ação. O estudo deve ser coletivo e voltado para os problemas que as pessoas enfrentam em seus locais de trabalho, bairros e organizações. O importante não é a acumulação de conhecimento, mas o desenvolvimento de uma linguagem comum, de uma capacidade de análise e de uma confiança que possam ser postas à prova na prática.

Desenvolver uma contracultura popular. Não é possível construir uma contraideologia sem uma contracultura. Isso significa criar formas de expressão cultural populares que quebrem o feitiço do individualismo e do pessimismo, que promovam a dignidade e tornem a solidariedade atraente, ao mesmo tempo que valorizam a cultura da classe trabalhadora.

Comunicar o futuro. A esquerda deve traduzir seu programa para que possa ser transmitido de maneira didática. Didático não significa falar com superioridade; significa ser estratégico e comunicar com clareza propostas que estejam ligadas às experiências das pessoas e sejam transmitidas por meio de exemplos práticos. O objetivo é passar da abstração para a orientação, para que as pessoas possam compreender o que pode ser feito, por quem e com quais recursos (Instituto Tricontinental, 2025c).

Voltar à origem. Resgatar a história e a cultura revolucionárias, bem como a história e a cultura em geral. A história é uma prática de esperança, pois rompe com a ideia de que o presente é eterno. Ao relembrar momentos de ruptura, de luta coletiva e de transformação, as pessoas recuperam a certeza de que a mudança é possível e aprendem como ela foi alcançada. A história não é nostalgia — é uma escola de estratégia, sacrifício e confiança (Instituto Tricontinental, 2024f).

Tornar-se persuasores permanentes. A esquerda deve disputar todos os espaços coletivos para divulgar as ideias da classe trabalhadora. Deve estar presente onde quer que as pessoas se reúnam, não como um palestrante convidado, mas como uma força organizadora. O “novo intelectual” de Gramsci é um “construtor” e um “organizador”, um “persuasor permanente” enraizado na vida prática, e não na eloquência ocasional.

A Batalha das Emoções

A classe dominante precisa trabalhar continuamente para canalizar o descontentamento generalizado que constitui a resposta racional à exploração e às privações inerentes à sociedade capitalista. O descontentamento é perigoso quando passa a ser organizado, quando conhece seu inimigo e quando responde com solidariedade. Por isso, é constantemente desviado da luta coletiva e direcionado para o medo, o ressentimento, o cinismo e a resignação. Hoje, essa luta é intensificada por um panorama de comunicação no qual a juventude da classe trabalhadora é atraída para espaços virtuais que promovem o individualismo, são projetados para capturar e monetizar sua atenção e esgotar sua capacidade cognitiva, e são controlados por forças da extrema direita (Assange, 2014; Foer, 2017). Nesses espaços, o descontentamento é captado e encontra um alívio temporário por meio de uma participação afetiva efêmera. O resultado não é o desaparecimento do descontentamento, mas sim sua gestão (lucrativa), fragmentando a classe trabalhadora em espectadores isolados e ensinando-os a confundir reação com política.

Neste contexto, precisamos transformar a raiva e a confusão em clareza, a clareza em esperança e a esperança em ação coletiva. Para isso, é necessário:

Alfabetização midiática. A esquerda deve esclarecer a classe trabalhadora sobre a infraestrutura, os objetivos (intencionais e não intencionais) e a economia política dos espaços virtuais e das tecnologias. Isso significa tornar visível a diferença entre a participação controlada e o poder — entre publicar e organizar — e ensinar a

classe trabalhadora a reconhecer como a classe dominante usa o seu monopólio sobre os espaços virtuais para controlar a informação, amplificar a indignação e normalizar o isolamento. O objetivo não é se afastar dos espaços virtuais, mas sim proporcionar às pessoas as ferramentas necessárias para interpretá-los, utilizá-los e reconhecer seus limites.

A política tal como ela é. Ao mesmo tempo que aproveita os espaços virtuais para a educação e a mobilização, a esquerda deve criar canais de participação política em que as pessoas possam perceber a possibilidade real de transformar o presente para construir um futuro melhor. Isso requer momentos organizados de interação sem a mediação de algoritmos, nos quais as pessoas possam se encontrar, trocar ideias, organizar-se, tomar decisões, realizar tarefas coletivas e ver os resultados. O objetivo é passar de interações efêmeras baseadas em interesses limitados para uma organização de longo prazo baseada em interesses de classe comuns.

Contravalores. A esquerda deve desenvolver valores socialistas e concretizá-los por meio da ação política. Isso significa transformar a solidariedade, o cuidado, a disciplina e o companheirismo em realidades no mundo, em vez de apenas palavras de ordem. Os valores ganham credibilidade quando se refletem na forma como nos organizamos: na maneira como tratamos uns aos outros, como trabalhamos juntos, como resolvemos divergências e como nos relacionamos com as comunidades que afirmamos servir. Em uma cultura que promove o individualismo impiedoso e o pessimismo, a promoção dos valores socialistas constitui, por si só, uma estratégia na batalha das emoções: ela oferece um vislumbre de uma forma diferente de

convívio social e, portanto, uma noção clara de como será uma sociedade futura organizada em torno de valores distintos.

A esperança como prática

Se o futuro é 未来 (*wèilái*) — o “ainda não” que está “por vir” —, então a esperança é a sensibilidade que mantém esse “ainda não” aberto e a prática que impede que ele seja selado pelo pessimismo, pelo espetáculo e pela resignação. A classe dominante trabalha para transformar *o futuro* em uma prisão, para eternizar o presente e para transformar o descontentamento capitalista em cinismo ou crueldade. Em contrapartida, nossa tradição insiste que a esperança não é um otimismo passivo ou uma mera expectativa, mas uma orientação militante em relação ao caráter inacabado do mundo, forjada nas lutas pela dignidade em todo o Sul Global. É perigoso precisamente por sua materialidade: desperta a consciência e leva as pessoas da mera resistência à ação.

É por isso que a esperança exige estrutura, disciplina e organização. Quando a cultura e as ideias de um povo em movimento impedem a reprodução do senso comum capitalista, elas podem se tornar fundamentais e decisivas, não como uma negação do materialismo, mas como a sua realização dialética. Nesse sentido, 大同 (*dàtóng*) — o estado utópico caracterizado pela “harmonia universal” — não é um ideal meramente simbólico, mas um horizonte que orienta a estratégia, enquanto 小康 (*xiǎokāng*, “sociedade moderadamente próspera”) designa as medidas concretas que permitem às pessoas se desenvolverem com recursos limitados, mas em condições de

dignidade. A esperança se torna realidade quando transforma o 将来 (*jiānglái*, “o futuro”), o “que está por vir”, de uma promessa em um plano. A tarefa não é sonhar de forma abstrata, mas construir uma utopia concreta, enraizada em tendências reais e fortalecida pela prática, até que o “Ainda Não” se torne um futuro tangível que está sendo construído no presente.





Alfonso Soteno Fernández (Metepec, Estado de México, México), *Árbol de la vida* (Árvore da Vida), 1975. Barro cozido em forno aberto, pintado com tinta vinílica envernizada, 6 m.

Referências

Assange, Julian. *When Google Met Wikileaks*. New York: OR Books, 2014.

Bloch, Ernst. *The Principle of Hope*. v. 1. Cambridge: MIT Press, 1986.

Bloch, Ernst. *The Spirit of Utopia*. Palo Alto: Stanford University Press, 2000.

Fischer, Mark. *Capitalist Realism: Is There No Alternative?* Winchester: Zero Books, 2009.

Foer, Franklin. *“World Without Mind”: The Existential Threat of Big Tech*. New York: Penguin Press, 2017.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, “A Arte da Revolução será Internacionalista”, dossiê n. 15, 8 abr. 2019a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/the-art-of-the-revolution-will-be-internationalist/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “O novo intelectual”, dossiê n. 12, 11 fev. 2019b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/the-new-intellectual/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “A serviço do povo: a erradicação da pobreza extrema na China”. *Estudos sobre a Construção Socialista n. 1*, 23 jul. 2021a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/studies-1-socialist-construction/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Big Techs e os desafios atuais para a luta de classes”, dossiê n. 46, 1 nov. 2021b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-46-big-tech/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Amanhecer: marxismo e libertação nacional”, dossiê n. 37, 8 fev. 2021c. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-37-marxism-and-national-liberation/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Vida ou dívida: o limiar estragador do neocolonialismo e a busca por alternativas na África”, dossiê n. 63, 9 jun. 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-63-crise-da-divida-africana/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Dez teses sobre uma extrema direita de um tipo especial”. Carta semanal 33 (2024), 15 ago. 2024a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/newsletterissue/ten-theses-on-the-far-right-of-a-special-type/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “A organização política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”, dossiê n. 75, 16 abr. 2024b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-75-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-brasil/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Como o neoliberalismo usou a ‘corrupção’ para privatizar a vida na África”, dossiê n. 82, 24 nov. 2024c. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-como-o-neoliberalismo-usou-a-corrupcao-para-privatizar-a-africa/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “O falso conceito de populismo e os desafios para a esquerda: Uma análise conjuntural da política no Atlântico Norte”, dossiê n. 83, 17 dez. 2024d. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-falso-conceito-de-populismo/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Os congolese lutam pela sua própria riqueza”, dossiê n. 77, 25 jun. 2024e. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-77-the-congolese-fight-for-their-own-wealth/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Cabral: A Revolutionary of Double Belonging: The Ninth Pan-Africa Newsletter (2024)”. 27 set. 2024f. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pan-africa/newsletterissue-cabral-centenary/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Hiperimperialismo: um novo estágio decadente e perigoso”. *Estudos sobre dilemas contemporâneos* n. 4, 23 jan. 2024g. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/>

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Guerra imperialista e resistência feminista no Sul Global”, dossiê n. 86, 5 mar. 2025a, <https://thetricontinental.org/dossier-imperialist-war-and-feminist-resistance-in-the-global-south/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “O 80º Aniversário da vitória na Guerra Mundial Antifascista, compreendendo quem salvou a humanidade: Uma história Restauracionista”. *Dilemas Contemporâneos*

n. 5, 12 nov. 2025b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/the-80th-anniversary-of-the-victory-in-the-world-anti-fascist-war/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Rumo a uma nova teoria do desenvolvimento para o Sul Global”, dossiê n. 84, 14 jan. 2025c. Disponível em: <https://thetricontinental.org/towards-a-new-development-theory-for-the-global-south/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “O espírito de Bandung”. Dossiê n. 87, 8 abr. 2025d. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-the-bandung-spirit/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “Otan: A Organização Mais Perigosa do Mundo”. Dossiê n. 89, 10 jun. 2025e. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-nato-the-most-dangerous-organisation/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “O Sahel em busca de soberania”. Dossiê n. 91, 12 ago. 2025f. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-sahel-alliance-sovereignty/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “A crise ambiental como parte da crise do capital”. Dossiê n. 93, 14 out. 2025g. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-crise-ambiental/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “O imperialismo será inevitavelmente derrotado: o ressurgimento do Espírito Tricontinental”. Dossiê n. 95, 9 dez. 2025h. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-tricontinental-conferencia-60/>.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. “A agenda antifeminista da extrema direita latino-americana”. Dossiê n. 98, 3 mar. 2026. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-agenda-direita-contra-mulheres/>.

Marx, Karl. *O capital. Crítica da Economia Política*, v. 1, trad. Ben Fowkes. Londres: Penguin Books, 1976.

Minh, Ho Chi. “Modifying Working Methods”. *Selected Works*, v. 2. Hanoi: Foreign Languages Publishing House, 1961.



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org